

## **Governo pode liberar R\$ 653 milhões do Orçamento**

Por Carla Araújo e Edna Simão |  
De Brasília

Mesmo com frustração de receitas para o ano, a equipe econômica poderá fazer um desbloqueio no Orçamento de R\$ 652,7 milhões, conforme prévia do último relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas obtido pelo Valor. A versão final do documento será apresentada hoje pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda e, portanto, ainda pode sofrer ajuste.

A liberação seria possível, conforme uma fonte da equipe econômica, porque será usada uma reserva existente no Orçamento de R\$ 2,993 bilhões que seria destinada para capitalizar empresas como a Caixa Econômica Federal e, no entanto, ainda não foi utilizada. Se não fosse essa reserva, o governo teria que fazer um bloqueio de R\$ 2,359 bilhões.

O governo ainda vai rever a previsão de crescimento econômico para este ano. A estimativa será

reduzida de 1,6% para 1,4%. Com esse ajuste, a estimativa fica mais alinhada com a previsão de mercado e também com a do último Relatório Trimestral de Inflação, divulgado em setembro pelo Banco Central (BC). O Boletim Focus, pesquisa feita pelo BC com as instituições financeiras, prevê uma expansão do PIB para este ano de 1,36%. Já a estimativa prevista no Relatório Trimestral de Inflação é de 1,4%.

Segundo versão prévia do relatório bimestral, a projeção de receita total do quarto para o quinto bimestre teve uma redução de R\$ 3,514 bilhões, para R\$ 1,482 trilhão. Somente na receita administrada, a previsão teve recuo de R\$ 1,422 bilhão, para R\$ 904 bilhões. A receita total foi influenciada pela retirada de R\$ 1,242 bilhão da estimativa de concessão referente à participação da União no leilão da Cesp.

Também houve uma diminuição de R\$ 898,1 milhões da estimativa de arrecadação com exploração de recursos naturais devido à queda na produção de petróleo nos meses de

agosto e setembro em relação ao originalmente previsto e por paradas programadas de manutenção dos maiores campos de petróleo do país: Búzios, Lula e Roncador.

O relatório mostra ainda que a previsão das despesas obrigatórias teve um recuo de R\$ 2,111 bilhões, para R\$ 1,249 trilhão.

Ontem, o ministro da Educação (MEC), Rossieli Soares, já se reuniu com os colegas Esteves Colnago (Planejamento) e Eduardo Guardia (Fazenda) para pedir um reforço de R\$ 1 bilhão no orçamento de sua pasta. "O choro é livre", disse Soares.

Segundo ele, um ajuste no orçamento do MEC poderia ser feito por meio de remanejamento de recursos não utilizados de outros ministérios. Com o adicional, Soares quer ampliar os recursos que são destinados a transporte escolar.

"Hoje a gente vive muita dificuldade com transporte escolar com municípios e Estados brigando para ter mais recursos para apoiar o





transporte escolar, que é uma conta muito cara" afirmou Soares. "Se não conseguir, não interrompe o programa. O recurso do transporte escolar está garantido. Não tem nenhum programa que a gente não esteja pagando em dia. Estamos correndo para pagar mais", destacou o ministro da Educação.

Soares informou ainda que foi discutido o pagamento dos chamados restos a pagar (despesas orçamentárias não pagas que são transferidas de um ano para outro). Atualmente, o ministério tem R\$ 3 bilhões em restos a pagar e queria zerar esta conta até o fim do ano. "Nós estamos apresentando demanda de R\$ 1 bilhão para as contas de final de ano", ressaltou.

O ministro da Fazenda contou que a reunião com Soares e Colnago teve como objetivo analisar o orçamento do Ministério da Educação até o fim do ano. "Só fazendo um ajuste fino", disse. Sobre a liberação de recursos para a Educação, Guardia afirmou: "Estamos conversando". Um novo encontro deverá ser realizado na próxima semana.

Guardia não quis comentar sobre se haverá desbloqueio de recursos orçamentários com a divulgação hoje do relatório bimestral de receita e despesas

## Bolsonaro precisa rever Orçamento para implementar reforma ministerial

Mariana Carneiro  
Bernardo Caram  
BRASÍLIA

Para viabilizar o redesenho dos ministérios como vem prometendo, o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), terá de pedir ao Congresso Nacional mudanças no Orçamento de 2019.

A reforma da administração federal, com o enxugamento do número de ministérios de 29 para 15 ou 17, e o desmembramento de algumas pastas, como o que está em estudo no Ministério do Trabalho, altera o fluxo de pagamentos da máquina pública.

A equipe de transição do eleito já prevê que, para evitar apagões no funcionamento do governo no ano que vem, o ideal é fazer as alterações ainda neste ano, no Orçamento que está em tramitação no Congresso.

Na avaliação de técnicos do Orçamento da Câmara dos Deputados, a fusão de pastas (como

feito no governo Michel Temer) não demanda tanto esforço, basta a edição de um decreto autorizando o remanejamento.

Mas, no caso de ministérios fatiados, a viabilidade legal de alocação de recursos é mais complicada e demandará aprovação no Congresso.

Uma alternativa é Bolsonaro negociar com Temer a edição de uma medida provisória nos próximos dias, refazendo o desenho ministerial. Com isso, os parlamentares trabalhariam as mudanças na proposta orçamentária que já está no Congresso, ainda neste ano.

A data-limite para as mudanças chegarem a tempo de serem votadas é 10 de dezembro, segundo técnicos da Câmara. Ou seja, a equipe de Bolsonaro tem 20 dias para concluir o redesenho ministerial.

Caso deixe para o ano que vem, será necessária a aprovação de projetos de lei no Congresso,

autorizando o remanejamento de um ministério para outro.

Isso porque os valores que terão o fluxo alterado, dado o tamanho da reforma prometida, superam a margem automática que o Executivo tem para operar essas realocações de verba por decreto.

Essa alternativa é considerada de maior risco, pois a alocação de verba dependeria da vontade dos parlamentares em 2019 e, no limite, poderia provocar um apagão em partes da máquina pública.

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu na noite desta quarta-feira (21) com parlamentares da Comissão Mista do Orçamento e foi alertado para o fato de que o prazo para fazer alterações na previsão orçamentária de 2019 está se esgotando.

Segundo os parlamentares, o intuito é votar os relatórios setoriais (por área de atuação do governo) já na próxima quarta-feira (28). Assim,





caso queira fazer alterações, o novo ministro deve apresentar sugestões antes desse prazo.

Participantes disseram que Guedes não chegou a pedir mais tempo, mas foi alertado de que só poderia ter o prazo estendido caso a votação fosse adiada por força dos próprios integrantes da comissão.

O ministro disse então, ainda segundo interlocutores, que pretende entregar mudanças dentro do prazo.

A equipe de transição tomou o primeiro contato com as contas do governo nas primeiras duas semanas de trabalho. O objetivo do time econômico de Bolsonaro é filtrar as despesas previstas, com o objetivo de reduzir o engessamento do Orçamento.

Pelos cálculos do Ministério do Planejamento, o Orçamento de 2019 terá nível inédito de interdição por despesas obrigatórias —93% dos gastos serão mandatórios.

A equipe de Bolsonaro se espantou com o percentual e quer peneirar as despesas para saber se é possível reduzir o comprometimento, que funciona como uma camisa de força para a nova administração. O trabalho ainda está começando.

A avaliação é que a peça orçamentária atual é resultado do arranjo político costurado pela equipe de Temer e que, por isso, não contempla as escolhas do eleito. Mas não se sabe se haverá tempo hábil para fazer alterações.

Caso o Orçamento não seja aprovado antes do recesso parlamentar (em 22 de dezembro), os assessores de Bolsonaro não veem problema em iniciar o mandato de maneira contingente.

A legislação prevê que, caso o Orçamento não seja aprovado antes do recesso, o governo gaste a cada mês 1/12 do executado no ano anterior, até aprovação de nova peça orçamentária.

Em janeiro assumem muitos políticos que se elegeram com a promessa de apoiar o governo Bolsonaro no Parlamento. O PSL, partido do presidente eleito, será a segunda maior força partidária na Câmara, com 52 deputados, atrás somente do PT, com 56.

A alternativa, no entanto, não é boa para parlamentares que conseguiram emplacar, na previsão orçamentária de 2019, emendas que beneficiam suas regiões.

Técnicos do governo apostam que eles se esforçarão para aprovar o texto atual, do jeito que está.

Com a aprovação, fica autorizada a liberação dos recursos aos destinos indicados pelos congressistas do atual mandato. Mais da metade deles não conseguiu a reeleição e estará fora do Congresso a partir de 2019.

No caso dos que não foram reeleitos, seria possível, por exemplo, que os novos deputados e senadores fizessem um acordo para cancelar as emendas já indicadas no Orçamento

e, em seguida, apresentar novas indicações.

Em 2019, além da troca de parlamentares no Congresso, a composição da Comissão Mista de Orçamento será refeita. No caso de adiamento da votação, o relator do Orçamento também seria trocado, porque o atual, senador Waldemir Moka (MDB-MS), não foi reeleito.

Para os parlamentares que conseguiram renovar o mandato, o adiamento poderia travar a liberação das emendas.

Técnicos da Câmara consideram que, em caso de votação no ano que vem, o Orçamento teria mais chances de ser aprovado a partir de março, um mês após o reinício dos trabalhos do Parlamento.

Nessa hipótese, a aplicação dos recursos ficaria represada, pelo menos, durante todo o primeiro semestre.

Moka afirma que a tramitação do projeto está seguindo o cronograma. Segundo ele, a expectativa é que o texto seja votado ainda neste ano.

Em sua passagem pelo Congresso nesta quarta, Guedes também voltou a defender uma rápida aprovação das reformas como caminho para agilizar a divisão dos recursos federais entre União, estados e municípios.

Ele disse que, quanto mais rápida a aprovação, maior é a divisão de recursos. Reafirmou ainda que vai rediscutir o pacto federativo.

## Sondado para secretaria, Poit vê privatização como caminho sem volta

Joana Cunha

SÃO PAULO Sondado pela equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), para assumir a secretaria de privatizações, que será criada pelo novo governo, o empresário Wilson Poit, hoje secretário de Desestatização da Prefeitura de São Paulo, tem dito a interlocutores que privatizações são “um caminho sem volta” no Brasil.

Poit, que deixa a Prefeitura nesta semana, foi convidado para participar do futuro governo de João Doria (PSDB) no Estado, mas não aceitou.

Procurado pela reportagem, o secretário não quis se manifestar.

Ele viu sua Secretaria de Desestatização sofrer investidas na gestão do atual prefeito Bruno Covas

(PSDB), que em junho publicou decreto diluindo o poder da pasta entre várias secretarias.

A medida visava dar à secretaria uma função de consultoria técnica, sem poder administrativo ou de fiscalização das concessões e privatizações. Apesar da diluição da pasta municipal, Poit permaneceu defensor da guinada desestatizante.

“A tendência é que os projetos continuem caminhando. O presidente e os governadores eleitos estão falando muito nisso”, disse Poit a um interlocutor.

Para empresários com experiência em privatizações, Poit é um bom nome, sério, e com caráter, mas não entregou fortes resultados na prefeitura, apesar do esforço. Melhor seria um banqueiro especialista em fusões e aquisições, avaliam.

## Guedes escolhe sócio de banco de investimentos para comandar Caixa

*Do Brasil Plural, Pedro Guimarães levará adiante venda de área de cartões de crédito e seguros*

Julio Wiziack e Mariana Carneiro

Brasília- O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, escolheu Pedro Guimarães para ocupar a presidência da Caixa Econômica Federal (CEF).

Pelo estatuto do banco, o nome terá de ser indicado pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

Os executivos atuais do banco estatal não poderão ser trocados pelo presidente porque, pelas novas regras, precisam ser escolhidos pelo conselho da instituição.

Sócio do banco de investimento Brasil Plural, Guimarães tem mais de 20 anos de atuação no mercado financeiro na gestão de ativos e reestruturação de empresas.

Doutor em economia pela

Universidade de Rocketer, nos Estados Unidos, especializou-se em privatizações.

À frente da da Caixa, Guimarães deverá comandar a venda da área de cartões de crédito e de seguros.

A ideia de Guedes é delegar para a iniciativa privada negócios que não são fazem parte da "política pública" conduzida pelo banco.

Essa diretriz também será reproduzida no Banco do Brasil, que deverá vender seu braço de investimentos.

O atual presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, é o preferido de Guedes para comandar a instituição mesmo diante da resistência da ala política de Bolsonaro.

Caso seja aprovado por Bolsonaro, será mais uma prova de força de Guedes, que anunciou o ex-ministro da Fazenda de Dilma Rousseff Joaquim Levy na presidência do BNDES. Monteiro

foi diretor da Petrobras na gestão petista.

Enquanto não define esses cargos, Guedes trabalha na reestruturação de seu super-ministério — fusão da Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Até o momento, seis secretarias estão previstas: comércio exterior; privatizações e desmobilização patrimonial; produtividade e competitividade; assuntos econômicos; arrecadação; e modernização do Estado.

Nesta quarta-feira (21), Guedes voltou à engenharia de seu ministério porque ainda tenta fundir assuntos em uma mesma secretaria, fazendo chegar a um número final de quatro.

O mais cotado para a chefia da secretaria de comércio exterior é Marcos Troyjo, que ajudou na formulação das propostas de governo na campanha.





Caberá a essa secretaria implementar a política de abertura comercial, um dos assuntos preferidos de Guedes para impulsionar o comércio e estimular a produtividade.

Nas privatizações, o atual secretário de estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares, pode continuar conduzindo a política de enxugamento nas estatais, incluindo corte ou realocação de servidores.

Todas as operações que não forem incluídas no Plano Nacional de Desestatização serão conduzidas por esse grupo.

Guedes quer reunir na secretaria de produtividade e competitividade ações de política industrial hoje espalhadas nos Ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Fazenda e da Ciência e

Tecnologia.

Na secretaria de arrecadação podem ficar a Receita, possivelmente a cargo de Jorge Rachid, e as atuais Secretaria de Orçamento (hoje no Planejamento) e a Secretaria Política Econômica (da Fazenda).

A Secretaria do Tesouro, que continuará sob comando de Mansueto Almeida, também pode permanecer nesse grupo, mas isso ainda não foi definido. O mais provável é que continue independente.

Para ocupar cargos nessa ala, Guedes cogita nomes como o de Marcos Mendes, atual assessor especial da Fazenda, Eduardo Guardia, e Waldery Rodrigues Júnior, atual coordenador-geral de assessoria econômica da Fazenda.

A secretaria de modernização do

Estado terá como prioridade o aprimoramento da plataforma de "governo digital" e desenvolvimento de políticas para melhorar a gestão de pessoal, como reformas que permitam a revisão do plano de carreira e flexibilização de servidores na Esplanada dos Ministérios.

Um dos cotados para assumir este posto é Paulo Uebel, ex-secretário de gestão de João Doria (PSDB) na Prefeitura de São Paulo. O tucano foi eleito governador.

Os planos de Guedes, no entanto, enfrentam resistências políticas.

Representantes da bancada evangélica tentam convencer Bolsonaro a manter pelo menos a pasta da Indústria, Comércio Exterior e Serviços independente.

O ministério ficaria também com assuntos relacionados ao emprego.

## Governo deve liberar hoje R\$ 650 milhões

Adriana Fernandes /  
BRASÍLIA

O governo deverá anunciar hoje a liberação de R\$ 650 milhões para realizar despesas previstas no Orçamento de 2018, embora os números apontem para a necessidade de uma contenção de gastos. A decisão será tomada com base no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, a ser encaminhado ao Congresso Nacional. As projeções do documento vão apontar para a necessidade de corte das despesas de R\$ 2,34 bilhões, por conta de queda na previsão de arrecadação.

No entanto, o Executivo vai recorrer a uma reserva de recursos no valor de R\$ 2,99 bilhões para dar cobertura ao aumento de gastos. Com isso, atenderá à pressão do Congresso e da ala política do governo. Apoiados pelo ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun, os parlamentares que não foram reeleitos lutam para garantir recursos para tirar do papel as emendas que apresentaram ao Orçamento deste ano.

A pressão sobre a área econômica teve o apoio de lideranças partidárias. Ao

Estadao/ Broadcast, Marun disse que o governo pode aproveitar alguns projetos de lei já em tramitação no Congresso Nacional para transferir recursos de áreas que não estão conseguindo gastar o que foi liberado para outros projetos e programas e obras que têm condições de avançar.

"Mas é claro, sempre respeitando o teto de gastos", disse o ministro, numa referência ao instrumento legal que fixa um limite anual para as despesas com base na correção pela inflação. Marun disse que é preciso fazer um orçamento realista e gastar aquilo que está apto a ser pago. Ele afirmou que, com a aprovação desses PLs, esses recursos poderão ser usado principalmente em obras inacabadas.

A reserva de onde sairão os recursos para liberar os R\$ 650 milhões foi formada para garantir outros tipos de despesa e também para dar suporte a eventuais capitalizações de empresas estatais. Segundo apurou o Broadcast, o relatório vai mostrar uma queda de R\$ 4,5 bilhões na previsão de receitas líquidas e de R\$ 2,1 bilhões na estimativa de despesas.